



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Política de Educação

A EXPERIÊNCIA DE ASSISTENTES SOCIAIS NO ÂMBITO DA PESQUISA SOBRE AS POLÍTICAS DE ACESSO-PERMANÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP)¹

MARIA CONCEIÇÃO BORGES DANTAS²

MICHELLI APARECIDA DAROS³

THAÍS RIBEIRO ESTEVES⁴

WILLIANA ANGELO DA SILVA⁵

RESUMO

O artigo apresenta a experiência de assistentes sociais no âmbito da pesquisa sobre as políticas de acesso-permanência no IFSP. Assim, propõe reflexões a respeito da pesquisa e trabalho de assistentes sociais a partir do projeto de pesquisa: Dez anos de Reserva de Vagas (cotas) e doze anos de Programa Nacional de Assistência Estudantil: para onde caminham as políticas de acesso-permanência do IFSP?

Palavras-chave: Pesquisa em Serviço Social; Educação; Políticas de Acesso e Permanência de Estudantes; Programa Nacional de Assistência Estudantil; Lei n. 12.711/2012.

ABSTRACT

This article presents the experience of social workers in researching access-permanence policies at the IFSP. It therefore proposes reflections on the research and work of social workers based on the research project: Ten years of Vacancy Reservations (quotas) and twelve years of the National Student Assistance Program: where are the IFSP access permanence policies heading towards?

Keywords: Research on Social Work ; Education; Student's

¹ A produção e apresentação deste artigo foram viabilizadas via apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

² Instituto Federal de São Paulo

³ Instituto Federal de São Paulo

⁴ Instituto Federal de São Paulo

⁵ Instituto Federal de São Paulo

Access-permanence Policies; National Student Assistance Program; Federal Law 12.711/2012.

1- Introdução

No decorrer dos últimos anos, assistentes sociais das instituições federais de ensino (IFs)⁶têm contribuído, por meio da pesquisa, na construção de conhecimento sobre a política de educação profissional e tecnológica (EPT) e sobre o trabalho profissional na área, um campo desafiador e com muitas possibilidades investigativas e interventivas.

O presente artigo resulta do debate e da análise sobre a experiência de assistentes sociais no âmbito da pesquisa sobre as políticas de acesso-permanência no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), mais especificamente no que diz respeito ao desenvolvimento e à participação no projeto de pesquisa: *Dez anos de Reserva de Vagas (cotas) e doze anos de Programa Nacional de Assistência Estudantil: para onde caminham as políticas de acesso-permanência do IFSP?*

Esse projeto, em curso desde o final do ano de 2023, visa contribuir para o preenchimento de lacunas de pesquisas que correlacionem políticas de acesso e permanência nos Institutos Federais (IFs), considerando o cenário de ampliação do acesso à educação pública federal nas últimas décadas.

Objetivamos, por meio deste texto, relatar alguns processos reflexivo-analíticos que têm embasado a nossa experiência de participação no referido projeto. Nesse sentido, no primeiro item discorreremos sobre a importância da pesquisa no trabalho de assistentes sociais, reafirmando que a dimensão investigativa é constitutiva da profissão; posteriormente apresentaremos o projeto de pesquisa, contextualizando-o em seus objetivos, metodologia, equipe; e, por fim, a partir de experiências já existentes de observatórios estudantis, debateremos sobre as potencialidades da pesquisa na instrumentalização do exercício profissional.

2- Pesquisa e trabalho profissional de assistentes sociais

A lei que regulamenta a profissão de Serviço Social - Lei n. 8662/1993, exige que a/o assistente social tome a pesquisa como um elemento constitutivo do seu trabalho profissional,

⁶ No contexto de expansão da política de educação no país nas duas primeiras décadas dos anos 2000, especialmente no que diz respeito à educação profissional e tecnológica, houve um crescimento dos espaços de intervenção profissional do Serviço Social, sobretudo com a criação dos IFs, a partir de 2008.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

como pré-condição do exercício profissional competente e qualificado. Por sua vez, as diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996) determinam que a dimensão investigativa, juntamente com a dimensão interventiva, são princípio e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade. Desse modo, a atitude investigativa é uma dimensão inseparável da formação e do cotidiano da profissão, inerente à natureza de grande parte das competências profissionais (Guerra, 2009), sendo pré-condição para a ultrapassagem do imediatismo.

Daí a necessidade de formar profissionais capazes de desvendar as dimensões constitutivas da chamada questão social, do padrão de intervenção social do Estado nas expressões da questão social, do significado e funcionalidade das ações instrumentais a este padrão, através da pesquisa, a fim de identificar e construir estratégias que venham a orientar e instrumentalizar a ação profissional, permitindo não apenas o atendimento das demandas imediatas e/ou consolidadas, mas sua reconstrução crítica. (Guerra, 2009, p.2)

A compreensão teórico-crítica da realidade social é condição – não exclusiva, mas fundamental, para o direcionamento ético-político profissional. A pesquisa, que parte de indagações sobre a realidade social, deve ser conduzida de forma cuidadosa e criteriosa, e seus resultados devem servir para a instrumentalização do trabalho profissional, na busca por operacionalizar o Projeto Ético-Político profissional.

A pesquisa, portanto, é campo permanente de reflexão, é dimensão coletiva de produção de conhecimento que promove os processos reflexivos necessários ao trabalho profissional, gerando as bases para a produção de novos conhecimentos, de avanços nos quadros conceituais, modelos analíticos e dispositivos metodológicos existentes. (Arregui, 2021, p.52-53)

Supõe uma visão de mundo, articulada a uma ética correspondente e se liga à ação no sentido de interferir no comportamento dos homens no enfrentamento dos conflitos sociais. Por meio da luta hegemônica, os assistentes sociais enquanto cidadãos e trabalhadores tornam-se parte de um “sujeito coletivo”, que partilha concepções e realizam, em comum, atos teleológicos articulados e dirigidos a uma mesma finalidade, como parte da comunidade política (Iamamoto, 2009, p. 37).

Nesse sentido, a produção de conhecimento a partir da pesquisa, no contexto de diferentes espaços sócio-ocupacionais, requer um sólido aparato teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que constitui bases para o desenvolvimento da dimensão investigativa da profissão sobre referida realidade.

Importa-nos ressaltar que a dimensão investigativa da profissão deve estar vinculada às demais dimensões do trabalho profissional e que toda pesquisa deve conceber a compreensão do



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

tempo sócio-histórico no qual transcorre a realidade social analisada e as formas particularizadas da sociabilidade. No espaço sócio-ocupacional da educação, a pesquisa deve contribuir, dentre outros aspectos, para a compreensão das condições de vida, de trabalho e de educação da população atendida; e demanda da adoção de procedimentos metodológicos.

Muito embora as principais requisições na Política de Educação recaiam sobre a realização dos estudos socioeconômicos vinculados às políticas de assistência estudantil, concessão de bolsas e definição das condições de acesso a determinados estabelecimentos educacionais, essa dimensão do trabalho profissional não deve se restringir nem a esta demanda nem tampouco aos procedimentos já institucionalizados. Trata-se de uma dimensão fundamental para a análise da Política de Educação em sentido mais amplo que apenas o da verificação do alcance das metas relativas ao acesso e à permanência, contribuindo para a definição de novas estratégias de ação profissional e dos sujeitos singulares e coletivos, a partir do desvelamento de como a Política de Educação se inscreve nos processos de reprodução das desigualdades sociais. (CFESS, Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação, 2013)

Nesse sentido, o projeto de pesquisa *Dez anos de Reserva de Vagas (cotas) e doze anos de Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): para onde caminham as políticas de acesso-permanência do IFSP?* tem a pretensão de - parafraseando Guerra (2009): '*ousar saber para ousar transformar*'. Tem a pretensão de trazer uma contribuição importante tanto para a materialização do compromisso profissional de assistentes sociais, mediante o exercício da dimensão investigativa, quanto para a análise e monitoramento de dois marcos centrais na garantia do direito à educação e combate às desigualdades.

Proceder essa investigação permite contribuir para o desvendamento dos mecanismos pelos quais se tencionam os processos de reprodução social construindo e derrubando barreiras para o acesso e permanência estudantil na educação profissional e tecnológica, permitindo construir novas formas de resistências e o fortalecimento do aparato jurídico-institucional que solidifica as formas de acesso-permanência na política de educação.

3- O projeto de pesquisa *Dez anos de Reserva de Vagas (cotas) e doze anos de Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): para onde caminham as políticas de acesso-permanência do IFSP?*

O projeto de pesquisa *Dez anos de Reserva de Vagas (cotas) e doze anos de Programa*



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): para onde caminham as políticas de acesso-permanência do IFSP? surgiu da necessidade de sistematização da avaliação da experiência da execução da Lei n. 12.711/2012 e do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no IFSP.

No que tange a ampliação do acesso à educação pública federal nos últimos anos, é crucial afirmar a importância de políticas de acesso e permanência, como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado pelo Decreto nº 7234/2010 e recentemente, substituído pela Política Nacional de Assistência Estudantil⁷, que promove estratégias de apoio à permanência estudantil em diversas áreas como: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche (apoio aos estudantes pais e mães); apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Assim como é fundamental celebrar a importância da Lei n. 12.711/2012⁸, popularmente conhecida como “Lei de Cotas”, que reserva vagas em instituições federais de ensino para estudantes oriundos de escola pública, pretos, pardos, indígenas, quilombolas, estudantes com baixa renda familiar per capita e/ou estudantes com deficiência.

A existência do PNAES e da Lei 12.711/2012 representa um avanço significativo em um país que ainda reserva suas marcas de séculos de escravismo; traduzidas em relações sociais desiguais sustentadas pela superexploração da força de trabalho, patriarcado e racismo (Marini, 2022; Moura; 1994). Tais relações foram materializadas e legitimadas por um Estado, como nos recorda Moura (1994) que se ausentou das ações de reparação (como garantia de terras, de trabalho, condições de vida digna e acesso a níveis superiores de instrução) para com os descendentes dos povos escravizados e dizimados em nosso país, políticas. Nesse sentido, a defesa, o estudo e a análise das políticas de acesso e permanência, como a Lei 12.711/2012 e o PNAES no âmbito da educação pública federal, são fundamentais para avaliar a inflexão que tais políticas têm potencial para alcançar no que tange ao acesso e à amplitude do direito social à educação.

O horizonte que ilumina o exercício de análise do PNAES e da Lei nº 12.711/2012, enquanto políticas de acesso-permanência estudantil se funda na premissa de que a compreensão do acesso e permanência estudantil não se dá de maneira apartada, mas sim de

⁷ A Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, instituiu a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Com essa mudança o PNAES deixou de ser um programa e se tornou uma política, tendo também seu escopo ampliado. A regulamentação da nova política ainda segue em curso nos institutos e universidades federais.

⁸ Em novembro de 2023, a Lei 12.711/2012 sofreu alterações. Dentre elas, podemos destacar: a inclusão da reserva de vagas para estudantes quilombolas e um novo dimensionamento da reserva

maneira indissociável. Assim, é necessário ampliar e implementar políticas de ampliação do acesso à educação concomitantemente com a expansão das políticas de permanência estudantil. Nessa ótica, assim como outros pesquisadores da área da educação, reafirmamos a necessidade da compreensão do processo de acesso-permanência estudantil, independente do nível/modalidade educacional, como um binômio, ou seja, processo tal em que as políticas, ações e estratégias de acesso e permanência estudantil são indissociáveis e interatuantes. (Daros, 2023)

No ano de 2023, ano que o projeto de pesquisa *Dez anos de Reserva de Vagas (cotas) e doze anos de Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): para onde caminham as políticas de acesso-permanência do IFSP?* foi submetido à chamada pública do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ)- Chamada CNPq/MCTI Nº 10/2023 - UNIVERSAL, não existia, em âmbito, nacional pesquisa acadêmica e/ou ferramenta de gestão sistêmica (por parte do Ministério da Educação) que avaliasse de maneira interrelacionada a Lei 12.711/2012 e o PNAES como políticas de acesso-permanência a partir da perspectiva estudantil. Deste modo, não existia o entrecruzamento de dados de matrícula, evasão e apoio à permanência a respeito dos estudantes que ingressaram via Lei 12.711/2012 nos Institutos Federais (IFs). Em outras palavras, nos IFs e no IFSP, não era possível monitorar sistematicamente se estudantes de vaga vinculada à renda per capita, que passou a ser 1 salário-mínimo per capita (e não mais 1 salário- mínimo e meio per capita). ingressantes via Lei n. 12.711/2012 receberam apoio institucional via PNAES e se concluíram ou evadiram dos cursos matriculados.

Deste modo, a pesquisa foi proposta com o objetivo de produzir diagnósticos e identificar dificuldades na gestão das políticas de acesso e permanência estudantil no IFSP, de maneira a contribuir para a criação de metodologias padronizadas de avaliação das ações da Lei 12.711/2012, após seu primeiro decênio de existência, e do PNAES, após 12 anos de sua criação, produzindo conhecimento sobre a temática e tornando públicos os impactos das políticas de acesso e permanência dos estudantes no IFSP.

A equipe da pesquisa é composta por 6 assistentes sociais (sendo 05 do IFSP, dentre elas, a coordenadora do projeto, e uma profissional do Instituto Federal do Sul de Minas), 02 docentes, 01 pedagoga, 01 assistente em administração e uma estudante do IFSP (que, na época da submissão do projeto, ocupava a presidência do Diretório Central de Estudantes). A partir de uma abordagem quantitativa-qualitativa, para além do trabalho de sistematização e análise estatística de dados de matrícula, evasão e apoio à permanência dos estudantes do IFSP durante



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

o triênio 2022-2023-2024, será aplicado um questionário estruturado via *Google Forms* com o objetivo de identificar as principais dificuldades de permanência de estudantes que ingressaram via Lei 12.711/2012 e/ou que participaram do Programa de Auxílio Permanência (PAP), principal estratégia de materialização do PNAES no IFSP. Ainda, a pesquisa de campo da pesquisa contará com entrevistas semiestruturadas com: a) estudantes contemplados pelo PNAES, mas que não ingressaram via Lei 12.711/2012 ; b) estudantes que ingressaram via Lei 12.711/2012 , mas não foram contemplados pelo PNAES; c) estudantes que ingressaram via Lei 12.711/2012, mas não se inscreveram para ser atendidos pelo PNAES.

Por fim, o produto que a pesquisa propõe é a criação do Observatório da Permanência e Vida Estudantil no IFSP, como uma experiência de laboratório de políticas públicas, com a perspectiva de pesquisa social aplicada, visando não apenas a análise das políticas já existentes, mas seu aprimoramento e a construção de conhecimentos sólidos para outros projetos, estratégias, programas e políticas possam ser implementadas.

4- Laboratórios e observatórios de políticas públicas no âmbito da educação e o trabalho de assistentes sociais.

A criação de laboratórios e/ou observatórios que versam sobre as mais diversas políticas públicas se coloca como uma importante estratégia seja para a construção de processos sistemáticos de avaliação, seja para os processos de planejamento e gestão das ações, assim como para fomentar a participação e o controle social.

Desta forma se constitui como importante instrumento de aprimoramento das próprias políticas públicas, incidindo diretamente na qualidade dos serviços prestados, assim como no trabalho profissional dos mais diversos profissionais que têm atuado diretamente no campo das políticas sociais.

No campo da educação já é possível identificar algumas experiências que têm fortalecido, ampliado a materialização do próprio direito à Educação através da criação de laboratórios e/ou observatórios, sendo alguns deles:

- Observatório da Vida Estudantil (OVE) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que foi criado em 2007 como linha de pesquisa na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e aos poucos foi se constituindo como um observatório e tem consolidado suas pesquisas em torno de temáticas que atravessam a vida



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

estudantil⁹;

- O Observatório da Vida Estudantil (Observe) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/Unilab, que surgiu em 2016 com o objetivo de ser um instrumento que colaborasse na compreensão da vida estudantil, considerando-se as mudanças no perfil de estudantes que ingressaram na universidade, assim como a escassez na literatura sobre a condição estudantil na contemporaneidade¹⁰;
- O Observatório de Permanência e Êxito do Instituto Federal do Rio Grande do Sul criado em 2018 que busca subsidiar o processo de monitoramento do Plano Estratégico de Permanência e Êxito da instituição, além de se configurar como uma base de dados sobre a realidade educacional do IFRS¹¹; e
- OBSERVAÊ – Observatório da Vida Estudantil, criado em 2020 na Universidade Federal do Ceará com o objetivo de levantar, entender, sistematizar e divulgar informações relacionados a vida estudantil de modo a aprimorar a política de assistência estudantil¹².

Apesar das particularidades de cada um dos observatórios pode-se perceber que estes têm se configurado como importantes instrumentos para compreensão da vida estudantil na contemporaneidade, tendo como principal tarefa desvelar a realidade estudantil, refletindo em ações institucionais que consigam atender as reais necessidades e anseios da população estudantil com toda sua diversidade e pluralidade.

Nesse sentido, tais experiências têm se revelado também como uma importante estratégia para o fortalecimento da política de assistência estudantil dessas instituições, assim como uma ferramenta subsidiária da própria materialização do direito à educação.

Destarte, colocar no horizonte do projeto de pesquisa *Dez anos de Reserva de Vagas (cotas) e doze anos de Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): para onde caminham as políticas de acesso-permanência do IFSP?* a construção do Observatório da Permanência e Vida Estudantil, apesar de ser um grande desafio para este grupo, se constitui

⁹ Informações mais detalhadas em: <https://oveufba.wordpress.com/>. Consulta realizada em 10/07/2024.

¹⁰ Informações mais detalhadas sobre o observatório em: <https://unilab.edu.br/observe/>. Consulta realizada em 10/07/2024.

¹¹ Maiores informações em: <https://ifrs.edu.br/ensino/observatorio-de-permanencia-e-exito/>. Consulta realizada em 10/07/2024

¹² Informações detalhadas em:

<https://prae.ufc.br/pt/governanca-na-assistencia-estudantil/observae-observatorio-da-vida-estudantil> . Consulta realizada em 10/07/2024



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

também como uma necessidade urgente para aprimorar e qualificar a conexão com a realidade estudantil de modo a impulsionar movimentos permanentes e impactantes no IFSP que reflitam diretamente nas ações de gestão, planejamento e execução das políticas que atravessam diretamente o binômio acesso-permanência.

O observatório também pode contribuir diretamente para o aperfeiçoamento dos processos de trabalho das equipes de trabalho que lidam diretamente com as políticas e programas de permanência estudantil, estando entre este(as) profissionais, nós assistentes sociais, que podemos usufruir deste espaço seja para acessar os conhecimentos produzidos, seja para colaborar diretamente na produção de conhecimentos que possam aprimorar nosso trabalho profissional na direção da consolidação e materialização do Projeto Ético-Político.

Conclusão

Este artigo buscou evidenciar a importância da dimensão investigativa do Serviço Social por meio da experiência de assistentes sociais do IFSP em seu exercício como trabalhadoras pesquisadoras. Assim, reafirmamos o potencial da indissociabilidade entre a dimensão investigativa e interventiva do exercício profissional de assistentes sociais com vistas a realizar um exame crítico da realidade social e fornecer subsídios para o enfrentamento das manifestações da questão social, objeto de análise, estudo e intervenção do Serviço Social. Nessa perspectiva, entendemos que a articulação entre pesquisa e trabalho profissional se torna elemento fundamental para o exercício profissional qualificado, contribuindo também para a produção de conhecimentos não apenas para a área de Serviço Social, mas também aos estudos e análises situados na tradição marxistas, pois, como nos lembra Neto (1989, p. 101) “[...] sem considerar as práticas dos assistentes sociais, a tradição marxista pode deixar escapar elementos significativos da vida social.” Nesse sentido, a partir do trabalho de pesquisa que tem sido desenvolvido por assistentes sociais no IFSP na pesquisa *Dez anos de Reserva de Vagas (cotas) e doze anos de Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): para onde caminham as políticas de acesso-permanência do IFSP?*, almejamos construir saberes coletivos a respeito do processo de acesso-permanência de estudantes do IFSP, especialmente, aqueles que ingressaram via Lei 12.711/2012 ou que foram atendidos pelo PNAES; e tomando por base tais saberes, buscaremos dar vida ao Observatório da Permanência e Vida Estudantil, enquanto experiência inédita de laboratório de políticas públicas no IFSP. Com o trabalho realizado no Observatório, serão desenvolvidos trabalhos, análises e proposições com o intuito de planejar,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

implementar e reformular políticas institucionais do IFSP de maneira a torná-las mais acessíveis, efetivas e responsivas às demandas estudantis que circundam a luta pelo direito à educação.

Referências

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de serviço social.** Disponível em: <http://abepss.hospedagemdesites.ws/WP-content/uploads/2012/07/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2024.

ARREGUI, C. C.; KOGA, D. U. (orgs.); SILVA, A. A.; RAICHELIS, R. (coords.). **Construção de conhecimentos em Serviço Social:** entre periferias, territorialidades, narrativas, experiências e cartografias. 1. ed. São Paulo: Educ, 2021.

BRASIL. **Lei n. 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm> Acesso: 12 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 12 jul. 2024.

BRASIL. **Lei n. 14.914**, de 03 de julho de 2024. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.914-de-3-de-julho-de-2024-569928638>> Acesso 12 jul. 2024

CFESS. **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.** Brasília: CFESS, 2013.

DAROS, M. A. **# falaestudante!**: um estudo sobre o legado da expansão dos Institutos Federais aos seus estudantes. São Paulo: EDUC–Editora da PUC-SP, 2023.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: **CFESS. Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: **CFESS. Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IFRS. **Observatório de Permanência e Êxito.** Disponível em: <<https://ifrs.edu.br/ensino/observatorio-de-permanencia-e-exito/>> Acesso em : 10 jul. 2024

MARINI, R. M. IN: TRASPADINI, R. ; STEDILE, J. P. **"Ruy Mauro Marini: Dialética da Dependência e outros escritos"**. Expressão Popular, São Paulo, 2022.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MOURA, C. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.

NETTO, J.P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. Cortez Editora, 1989.

UFBA. **Observatório da Vida Estudantil**. Disponível em: <<https://oveufba.wordpress.com/>>. Acesso em : 10 jul. 2024.

UFC. **Observae- Observatório da Vida Estudantil**. <https://prae.ufc.br/pt/governanca-na-assistencia-estudantil/observae-observatorio-da-vida-estudantil/>. Acesso em : 10 jul. 2024.

UNILAB. **Observe- Observatório da Vida Estudantil**. Disponível em: <<https://unilab.edu.br/observe/>> Acesso em : 10 jul. 2024.